

## ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO: O Caso Izidora e o ativismo das mulheres negras

As long as living is a privilege, occupying is a right:

The Izidora Case and black women's activism

Mientras vivir sea un privilegio, ocupar es un derecho:

El caso Izidora y el activismo de las mujeres negras

Ísis Detomi; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Santa Catarina;  
isisdetomi@hotmail.com

### RESUMO

Como seria nossa pesquisa urbana se prestássemos mais atenção às mulheres – suas vidas, pensamentos, desafios contra práticas raciais, gênero e segregação sócio-espacial? Pensando nisso, o trabalho tem como objetivo conceber uma trama que destaque o protagonismo das mulheres negras nas disputas de lugar na região da Izidora, onde localizam as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, no vetor norte de Belo Horizonte (MG). Partindo do entendimento do complexo conflito fundiário desta região, busca-se iniciar com seu contexto histórico, para depois analisar o encontro entre as lutas em derredor da permanência dos sujeitos na dimensão físico-territorial. O pensamento feminista negro é tomado, enquanto epistemologia, para elaborar uma narrativa conceitual que, ao problematizar investigações da produção do espaço com valores neoliberais, atribui o olhar às diversificadas dinâmicas que se entrecruzam no tempo e espaço. Em adição, o trabalho foi construído de pesquisa bibliográfica e estudo de campo por ter, previamente, desenvolvido um projeto de extensão de assessoria técnica no local. Os resultados das análises, apontados para os desafios das ocupações da Izidora não se deram sem os ativismos dessas mulheres, que resistiram fortemente nos seus territórios, ainda que invisibilizadas pelas intersecções de gênero, raça, classe e imensuráveis tessituras nos arranjos de dominação.

**Palavras-chave:** ocupações Izidora, protagonismo de mulheres negras, interseccionalidade, conflitos urbanos.

### Linha de Investigação:

B2\_ Os Desafios da Cidade e do Território no Século XXI: B2.2\_Desigualdades urbanas e segregação socioespacial

### ABSTRACT

What would urban research look like if we paid more attention to women – their lives, thoughts, challenges against racial practices, gender and socio-spatial segregation? The article aims to design a plot that highlights the role of black women in the disputes for place in the region of Izidora, where the occupations Rosa Leão, Esperança and Vitória are located, in the northern vector of Belo Horizonte (MG). Starting from the understanding of the complex land conflict, we seek to start with its historical context, and then analyze the encounter between the struggles around the permanence of subjects in the physical-territorial dimension. Black feminist thought is taken to elaborate a conceptual narrative that, when problematizing investigations of the production of space with neoliberal values, attributes the look to the diverse dynamics that intersect in time and space. The article was made with bibliographic research and having previously developed an extension project of technical assistance on site. The results of the analyses, pointed to the challenges of the occupations of Izidora, didn't occur without the activism of these women, who strongly resisted in their territories, although made invisible by the intersections of gender, race, class and immeasurable fabrics in the arrangements of domination.

**Keywords:** Izidora occupations, protagonism of black women, intersectionality, urban conflicts.

### Linha de Investigação:

B2\_ The Challenges of the City and the Territory in the XXI Century – B2.2\_Urban Inequality and Socio-Spatial Segregation

### RESUMEN

¿Cómo sería investigación urbana si prestáramos más atención a las mujeres: sus vidas, pensamientos, desafíos contra prácticas raciales, género y segregación socioespacial? Con eso en mente, el trabajo tiene como objetivo diseñar una trama que destaque el papel de las mujeres negras en disputas por lugar en la región de Izidora, donde se ubican las ocupaciones Rosa Leão, Esperança y Vitória, en el vector norte de Belo Horizonte. El complejo conflicto por la tierra en esta región, partimos del contexto histórico, analizar el encuentro entre luchas en torno a la permanencia de los sujetos en la dimensión físico-territorial. Se toma el pensamiento feminista negro, como epistemología, para elaborar una narrativa conceptual que, al problematizar investigaciones de la producción del espacio con valores neoliberales, atribuye la mirada a diversas dinámicas que se entrecruzan en tiempo y espacio. El trabajo se basó en la investigación bibliográfica y estudio

de campo, habiendo desarrollado previamente un proyecto de extensión de asistencia técnica en terreno. Los resultados, apuntados a los desafíos de las ocupaciones, no se dieron sin el activismo de estas mujeres, que resistieron fuertemente en sus territorios, aunque invisibilizados por las intersecciones de género, raza, clase e inconmensurables tejidos en arreglos de dominación.

**Palabras chave:** ocupaciones Izidora, protagonismo de las mujeres negras, interseccionalidad, conflictos urbanos.

**Linha de Investigação:**

B2\_Los Retos de la Ciudad y el Territorio en el Siglo XXI – B2.2\_Desigualdad Urbana y Segregación Socio-espacial

## 1. Introdução

O presente artigo insere-se em uma trajetória de pesquisa e extensão relacionados ao urbano, sendo que o recorte deste trabalho se encontra nas ocupações da Izidora e na interface das lutas urbanas com a autoconstrução e a assessoria técnica realizada no Escritório de Integração. O Escritório de Integração (EI) é o núcleo de extensão e pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que, além de prestar assessoria técnica na parte de urbanização, contribui nos processos de resistência contra os despejos e, atualmente, na negociação e nos meios de regularização fundiária da área. Sendo um território em franco andamento de consolidação (Isaías, 2017). Cabe salientar aqui que a questão da mulher permanecera em aberto, ao longo dos primeiros encontros, até o início do meu trabalho de extensão junto à comunidade.

A fim de recompor essa história, vale lembrar que as Ocupações da Izidora são um conjunto de assentamentos urbanos estabelecidos em junho de 2013. Desde então, Belo Horizonte (Minas Gerais) esteve como palco de um dos principais conflitos territoriais urbanos, visto que cerca de 30 mil pessoas lutam para não serem despejadas. Ancorado na fundamentação neoliberal e em cidades baseadas em modelos eurocêntricos, o exercício do poder público no território propendia substituir o uso dado à terra, às tarefas ali executadas e aos bens comuns pelo valor de troca estabelecido pela Operação Urbana. A desconsideração às condições de vida das(os) moradoras(es) da Izidora configurava e configura - até hoje - uma efetiva comodificação dos direitos à moradia; à cidade; ao ofício; à vida, substancial para a solidificação do plano de embranquecimento do território e do consecutivo apagamento e opressão dos sujeitos negros e, em especial, das mulheres negras na história e memória da região. E que em sua concretude coloca em ameaça os territórios e cada modelo de vida nele presentes, além de consolidar e potencializar a desigualdade socioespacial, o racismo, o sexismo, fundamentados nas premissas universalistas e heteronormativas (Tavares, 2017).

Por essas razões, aqui brevemente expostas, fica a urgência de entender os métodos envolvidos nas perspectivas da política de gestão da terra, exercidas pelas relações de gênero, raça e classe. Busca-se, por esse motivo, debater sobre o valor do pensamento feminista negro para o exercício das disputas de lugar. O problema da exclusão, seguido pelo emprego de marcadores teóricos que desconsideram - programaticamente - o entrelace das relações de poder, propaga-se há bastante tempo na história e em variados contextos geopolíticos. Ao se estabelecer como instrumento epistemológico, cuja principal aplicabilidade, no exposto trabalho, é atribuir o olhar atento das diversificadas dinâmicas que se entrecruzam no tempo e no espaço, como aponta Collins e Bilge (2021:16) "a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas", o que nos possibilita lutar pelo direito de existir e escapar da consideração de práticas espaciais com valores capitalistas e patriarcais, orientadas pelo Estado para controle dos corpos e territórios.

Logo, o presente artigo objetiva expor uma proposta de leitura do conflito apoiada num olhar interseccional, sustentado nas perspectivas e avanços do feminismo negro. Na primeira seção, parto do entendimento do complexo conflito fundiário desta região da Izidora, buscando iniciar com seu contexto histórico e a análise do encontro entre as lutas em derredor da permanência dos sujeitos na dimensão físico-territorial. Na próxima seção, aponto para os desafios das ocupações da Izidora que não se deram sem os ativismos dessas mulheres, que resistiram de múltiplas formas nos seus territórios, ainda que tenham permanecido invisibilizadas pelas intersecções de gênero, raça e classe e suas imensuráveis tessituras nos arranjos de dominação. Discorro, finalmente, minha experiência no EI junto ao protagonismo das mulheres negras e suas formações sobre as práticas espaciais na vivência do território.

## 2. Contextualizando as ocupações da Izidora: O complexo conflito fundiário.

No sentido da dinâmica urbana capitalista, a desigualdade socioespacial é um pressuposto, especialmente nos países do sul global, como no Brasil, fruto de uma colonização extrativista e escravista. Os contextos urbanos das grandes cidades brasileiras refletem tal desigualdade e, de acordo com David Harvey, “os ricos podem comandar o espaço, enquanto os pobres são prisioneiros dele” (Harvey, 1976:171). Assim sendo, grande parte dos sujeitos não têm acesso à cidade e aos direitos fundamentais como: a moradia; a educação; o saneamento básico; a saúde; o lazer. Tem-se leis para alguns, mercado para uns e cidade para poucos.

Na medida em que a produção do espaço é condição, meio e produto da reprodução social em sua totalidade (Carlos, 2013), tal como sugere Lefebvre (2014) é também o cotidiano que suscita a força da democracia, do direito, da luta, da esperança e da resistência. Nesse cenário, as ocupações urbanas e a luta por moradia vêm estruturando movimentos de resistência na procura de requerer as leis e os direitos num instante alcançados pela Constituição Federal de 1988, instrumentalizados no Estatuto da Cidade de 2001.

Como ponto de estudo deste artigo, temos as ocupações Esperança, Rosa Leão e Vitória que compõem a chamada Região da Izidora (Figura 1), “..e atualmente é palco do conflito fundiário que envolve as cerca de 6.000 famílias moradoras” (Silva, Bittencourt e Lourenço, 2018:6). É um caso representativo de conflito de interesses do capital privado, em especial entre os proprietários Granja Werneck S.A, investidores de incorporadoras e construtoras, em uma direção; e na direção contrária, da pressão dos sujeitos que ali existiam e que conseguiram destronar um arranjo de interesses desse mercado imobiliário, apoiados numa luta pelo acesso à terra, à moradia e ao reconhecimento.



Fig. 1: Vida na Izidora. Fonte: Urbanismo Biopolítico -diagrama-mapa produzido pelo Indisciplinar em parceria com o Coletivo Margarida Alves para apresentação do caso Izidora no Tribunal Internacional de Despejos em Quito (2016).

Cabe ressaltar, que a região da Izidora está situada no vetor norte de Belo Horizonte, eixo de expansão urbana da cidade e da Região Metropolitana, sendo, por essa razão, mira de interesses diversos. Uma vez que, como já mencionado, é uma área que vem recebendo vultosos investimentos públicos: a Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, a Linha Verde, a transformação do Aeroporto de Confins em terminal industrial (Gomes, Cyrino e Silva, 2015), fundamentado em grandes planos urbanísticos visando o “desenvolvimento econômico” no sentido Norte.

É pertinente perceber que os interesses aqui localizados na região da Izidora pertencem a um enigma muito maior, em que vultosos empreendimentos foram consentidos dentro de uma posição tipicamente neoliberal, que ativa um cenário para uma alteração profunda na paisagem e nos modos de vida dos sujeitos desses territórios. Encontrando na luta por moradia uma via possível para ter o direito de existir na cidade.

Por esses motivos, este artigo busca dar destaque para o modo como grande parcela do urbano foram elaborados e ainda hoje são executados, por via de interesses financeiros e pela busca do lucro acima da



vida dos sujeitos: anterior ao conflito fundiário, de 1906 a 2013; durante a resistência, entre 2011 e 2017, com a ameaça de despejo; e em tempos recentes, entre 2017 e 2021, ponto em que o conflito supostamente se estabilizou e os territórios começam a requerer a urbanização e a regularização fundiária estruturado de forma participativa (Franzoni, Alves e Faria, 2018). Ressalta-se, no entanto, que o cenário ainda se encontra com profundas incertezas.

Portanto, o contínuo conflito verificado na região acaba por criar panoramas na mídia, tanto na tentativa de criminalização dos moradores das comunidades, gerando uma imagem negativa do conjunto das ocupações; quanto ampliando o ensejo de ativismo dos movimentos sociais, expondo à sociedade civil o verdadeiro perfil das famílias das ocupações, que já vinham com certo acervo de luta e resistência<sup>1</sup>. Cabe aqui, então, destacar a luta popular, relacionando-a à própria existência da Izidora (Figura 2). Isso posto, entende-se, que esta luta cria sujeitos revolucionários, que cotidianamente geram outros espaços, outras cidades, alimentados de potências e contradições.



Fig. 2: Ocupação Esperança: Lutar, Resistir é construir Famílias. Fonte: Elaboração própria com base no projeto de extensão do Escritório de Integração (2017).

### 3. Desafios das ocupações da Izidora: ativismo e resistências das mulheres

A ação do poder público na região da Izidora, como apresentado, teve a intenção de gerar o apagamento dos territórios negros por artifícios de violência física ou pelo uso da violência epistêmica, procurou-se substituir o uso dado à terra, aos bens comuns e às tarefas ali concebidas, pelo valor de troca e pelo embranquecimento do território (Santos, 2018).

Divergentes opressões se inter-relacionam na formação das cidades configurando uma sequência de hierarquias e injustiças socioespaciais. A partir da análise no espaço urbano tais categorias são ainda mais oscilantes e renegociadas conforme a posição espacial que os grupos ocupam (Silva, 2003). Se, ao mesmo tempo, a segregação racial está comumente associada à segregação de classe, as questões de gênero se afirmam entre classes distintas e de modo diverso conforme sua posição social, cor e origem. Vê-se o espaço como a própria objetivação das relações e interações sociais que toca na questão da violência de gênero e

<sup>1</sup>A atuação da mídia no processo de resistências das Ocupações da Izidora, em sua maior parte, está associada ao poder público. Em um trabalho produzido pelo Escritório de Integração (Gomes, Cyrino e Silva, 2015), mostra que em 27 reportagens extraídas do Estado de Minas, 18 desqualificaram as ocupações privilegiando a propriedade privada e 9 narraram o conflito da Região da Izidora de modo imparcial, de fora que nenhuma notícia expressou algum esforço explícito de legitimar as ocupações. No entanto, como exemplo de luta, se destaca uma rede de apoio ampla chamada #Resisteizidora que ganhou visibilidade ao longo de 2013 até 2017 em meio às tentativas de despejo. Essa rede, formada por moradores, movimentos sociais, militantes e ativistas do setor cultural e simpatizantes da causa, em sua maioria mulheres, contribuiu para que o conflito da Izidora ganhasse projeção internacional, deixando evidente que o ônus financeiro, político e social de um despejo seriam enormes.

suas interseções com outras opressões em diversas escalas que se relacionam com o direito à cidade. Logo, é preciso uma visão interseccional da luta por “direito à cidade” que incorpore as variadas condições de opressão estruturadas pela colonialidade capitalista. Os bloqueios enfrentados, portanto, pelas mulheres estão de modo relacionados ao gênero e à sua condição de invisibilizadas, de sobreviventes (Crenshaw, 2002).

Para além do reconhecimento do propósito diferencial nos corpos, a sobrevivência e a resistência nos territórios ocupados marcam grafias espaciais e profusas práticas sociais (Santos, 2018). Vale pôr em evidência o lugar epistêmico da negra na sociedade: a terra preta representada pelas margens (Pereira, 2019), de espaços inseguros, insalubres, rejeitados e abominados; e a negra, por assumir sua própria fala, é, continuamente, instituída como bruta, histórica e desequilibrada. Fundamentado nisso, Lélia Gonzalez (1984) questiona a naturalização daquilo que decreta como *divisão racial do espaço*. Em apelo, Sueli Carneiro expõe a necessidade de *enegrecer o feminismo*, temos a urgência de, do mesmo modo, enegrecer o pensamento no que se refere à cidade.

Muitas destas feministas negras norteiam a questão da ruptura do silêncio como fundamental para a sobrevivência das mulheres negras e suas quebra de opressões. Alice Walker, Angela Davis, Audre Lorde, em suas produções, abordam o valor do falar. Visto que, a sobrevivência é, e sempre foi, a maior bandeira de luta das mulheres negras - representação do alicerce de seus ativismos em que o silêncio não te protegerá.

Existe, desse modo, uma relação dialética que une opressão e ativismo, como concebe Patrícia Collins (2016) com o não reconhecimento das lutas das mulheres negras contra a sociedade racista. Para a socióloga, tais mulheres sempre resistiram às opressões, lutaram e permanecem lutando de inúmeras formas para sobreviver, mesmo que seus enfrentamentos não sejam considerados como ativismos e ações políticas contra o Estado. Por isso a importância da força do feminismo negro e o olhar interseccional que se apresentam como um sistema "...que se dá nos, pelos, sob, entre os corpos, onde raça, classe, gênero e espaço são processos co-constitutivos de subjetividades marcadas" (Isaías, 2017: 32).

Concebidas em campos de dominação, as geografias negras travam embates no que diz respeito aos significados do que é propriedade e dos plurais sentidos da luta. A exemplo disso, na Izidora, em muitos instantes, notou-se que grande parcela das protagonistas que operam nas lideranças das organizações de base são mulheres negras, mães solo, fortemente envolvidas na luta pelo direito à moradia, à terra, e à vida urbana. Frente a este reconhecimento, compete saber quem foi Izidora: mulher negra, dominada e alforriada, que serviu e sofreu nas terras que hoje recebem seu nome. Num recorte de tempo, a região era denominada como Região do Isidoro, assim como o seu Ribeirão do Isidoro, no masculino. No entanto, por uma mudança assertiva do nome, quando se resgata essa história, os moradores e movimentos usam Izidora, no feminino, resignificando a história de vida dessa mulher junto a tantas mulheres que vivem e são "Izidoras" nas ocupações urbanas (Isaías, 2017). Dessa maneira, o papel dessas "Izidoras" foi crucial no firmamento das ocupações que se estabelecem com a demarcação de seus territórios. Para evidenciar ainda mais esse ativismo e protagonismo feminino, destaca-se dona Rose, moradora da ocupação Izidora que manifesta, de forma vigorosa, como é fatigante a sua sobrevivência e das demais companheiras, sem qualquer direito assegurado. Para além de solucionar problemas de infraestrutura básica, essas guerreiras têm se atentado a todos os movimentos do Estado para conseguir a garantia de sua sobrevivência apoiadas em suas lutas - que são diárias.

"Demonstramos que a trajetória de lutas das mulheres é pontuada por lutas gerais e específicas, de tendências e conflitos em suas organizações; sobretudo, tencionamos demonstrar que o movimento das mulheres é amplo... elas são *atrizes* em cena, ativas" (Gohn, 2007:65). Tal narrativa abre o olhar para o envolvimento das mulheres nos espaços de liderança, e marca vigorosamente as vivências e realidade das ocupações urbanas pelo Brasil. Ligados a elas, estão, também, outros atores que lutam pelo reconhecimento e se organizam em redes, trabalhadores que contribuem também na autoconstrução e crianças que desde muito cedo já aprendem a importância da participação em manifestações, assembleias e mutirões (Figura 3), em defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres, dos negros e das associações de moradores.





Fig. 3: Vida na Izidora: Futuro e Esperança. Fonte: Elaboração própria com base no projeto de extensão do Escritório de Integração (2017).

A fim de mostrar a reação ao problema aqui levantado, em meio aos desafios na produção de metodologias capacitadas em compreender e alcançar as lutas geográficas protagonizadas por mulheres negras, o processo investigativo da experiência do Escritório de Integração apresentou-se categórico. Foram nas rodas de conversa e nas organizações das intervenções que ocorreram a aplicação técnica e a ampliação dos saberes. Destaco o Levantamento Socioespacial (Figuras 4), em que recuperamos as histórias de luta dos próprios moradores por meio da construção da habitação e da ocupação. O intuito desse levantamento era entender como ocorria a apropriação desse espaço, da comunidade como um todo, mas também da própria casa. Essas trocas também foram alimentadas pelas oficinas das lideranças mulheres (Figura 5), mulheres essas múltiplas, de temporalidades distintas e densidades divergentes, se tornaram um espaço-tempo de aprendizado mútuo e discussões potentes. Com base no entendimento da relação de coletividade e compartilhamentos das experiências marcadas, a identidade Izidora, é pensada alicerçada nos complexos cruzamentos de opressões e resistência, e é percebida como espaço de concepções múltiplas e variáveis.





Fig. 4: Vida na Izidora: Levantamento Socioespacial. Fonte: Escritório de Integração (2017).



Fig. 5: Vida na Izidora: Oficinas com os moradores. Fonte: Escritório de Integração (2017).

Com tais produtos, encontram-se múltiplos desafios na construção de estruturas capazes de compreender as lutas geográficas protagonizadas por mulheres negras. No caso da Izidora, registrei e fotografei as vivências durante o projeto de extensão do EI, atuando na rede de apoio de levantamentos e participando de ações formativas como os laboratórios e as rodas de conversa. Criava-se dessa forma, uma rede de aproximação



das vidas de mulheres negras batalhadoras, como Dona Marta (Figura 6) que, estimulava modelos diversos de ligações da população negra com as disputas de lugar e a sua luta pelo território.



Fig. 6: Dona Marta, mulher guerreira. Fonte: Elaboração própria com base no projeto de extensão do Escritório de Integração (2017).

Assim como para a Dona Marta, o desejo de alívio individual e coletivo, de um mundo mais justo e igualitário, faz com que muitos moradores, em especial tais mulheres batalhadoras, conquistem um olhar mais crítico da condição de opressão em que se deparam, buscando, a partir desse desvelamento, a coragem, a potência e seu completo entendimento tácito para transfigurar a realidade, submergida em um sentimento de angústia e de esperança.

#### 4. Considerações finais

O grande desafio que se propõe, talvez, seja a reflexão a partir dos corpos e do espaço, de nos aproximar de um outro formato de se fazer política. Para além dos estímulos acadêmicos e técnicos que atravessam a construção desta pesquisa, colocar os resultados das análises como indicadores de aparatos na luta dos movimentos de resistência das Ocupações da Izidora.

Portanto, este artigo foi, também, uma tentativa de registrar algumas ações praticadas por essas atrizes e atores protagonistas da trajetória que desejamos traçar por uma cidade mais justa. Compreendo que, o modo como concebemos o espaço mexe no grau de abertura às novas possibilidades de formação e construção política que detemos.

O olhar dirigido para as ocupações procura esclarecer os conflitos de interesses definidos pelos moradores, movimentos sociais, militantes, ativistas, proprietários de terra e governantes em sua essência. Valendo-se do significativo papel das mulheres neste processo, que assumem uma postura de liderança do ponto de vista da luta, que resistem de múltiplas formas nos seus territórios, ainda que invisibilizadas pelas intersecções de gênero, raça, classe e imensuráveis tessituras nos arranjos de dominação. E, reorganizar essa narrativa se mostra significativo na prática, com a qual um gesto político e simbólico inclui a ocupação na centralidade da produção desse território.

E resta ainda muito a ser construído no assunto dos estudos urbanos referente ao protagonismo das mulheres negras, posto que a batalha dos espaços e do reconhecimento ainda estão em curso e simboliza um convite ao debate e, quiçá, ao ativismo.



Partindo disso, as ocupações da Izidora desvelam as lutas em derredor da permanência dos sujeitos na dimensão físico-territorial. Enxergando, aqui, que a luta não é tão somente resistir, mas certificar a produção e reprodução de cada vida no território, por algum reconhecimento. Entrevemos neste imaginário a utopia de um território menos injusto e desigual. É nesta trama que as lutas populares e os movimentos sociais se alicerçam para permanecer vibrantes e compreender que a realidade pode e deve ser modificada. As Ocupações da Izidora são reflexos de resistência, de cuidado, de um sonho que se admite gritar suas dores e seus cantos. O território tem história, tem memória, tem luta dos corpos e tem esperança. Há quem diga que os espaços de resistência têm o nome de mulheres: *Vitória, Rosa Leão, Esperança, Dandara, Marielle Franco* e outras tantas "Izidoras".

## Referências

- Carlos, A. F. A. (2013). Espaço público e nova urbanidade no contexto do direito à cidade. *Confins - Revista franco-brasileira de geografia*, (18), [16]. doi:10.4000/confins.8391
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, Sexismo E Desigualdade No Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições.
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado* (Rio de Janeiro), 31(1), 99-127.
- Collins, P. H. e Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos feministas* (Florianópolis) 10 (1),171-188.
- Franzoni, J., Alves, N. e Faria, D. (2018). As bruxas da Izidora: feminismos e acumulação por despossessão. *Cidade Estado capital: reestruturação urbana e resistência em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. (São Paulo), 312-345.
- Gomes, L., Cyrino, T., Silva, V. (2015). O que todo cidadão deveria saber sobre as ocupações urbanas: um breve estudo da Região da Izidora. *Anais XVI ENANPUR* (Belo Horizonte), 16 (1), 1- 19.
- Gohn, M. G. (2007). Mulheres: atrizes dos movimentos sociais. Relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política e Sociedade*, 6 (11), 41-70.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, 223-244.
- Harvey, D. (1976). *Social Justice and the City*. London: Edward Arnold.
- Isaias, T. (2017). *Mulheres em luta: feminismos e Direito nas ocupações da Izidora*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte.
- Lefebvre, H. (2014). *Critique of Everyday Life: The Three-Volume Text*. London: Verso.
- Martins, L. M. (1997). *Afrografias da memória: O Reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva.
- Pereira, G. L. (2019). Direito à Cidade e Questões Raciais. *Revista Coletiva, Dossiê* (24), 1-10.
- Santos, R. (2018). Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Fapesp.
- Silva, J. M. (2003). Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional* (Ponta Grossa) 8 (1), 31-45.
- Silva, V., Bittencourt, E. e Lourenço, T. (2018). Como projetar com pessoas que vivem em áreas socialmente vulneráveis? *Cadernos de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo* (São Paulo), 18 (1), 1-24.

Tavares, R. B. (2017). Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. Desenvolvimento, Crise e Resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional. *XVII EnAnpur*, São Paulo.